

INVESTIGAÇÃO E PRECONCEITOS

Fernando Jorge Cardoso

INVESTIGAÇÃO E PRECONCEITOS

Fernando Jorge Cardoso

Há alguns meses participei numa reunião de jovens de países da CPLP na qual fiz parte de um painel intitulado como incluir a investigação científica sobre África nas agendas dos decisores políticos africanos?

Confesso que, se na altura me foi difícil definir como abordar a questão, hoje essa dificuldade mantém-se. Não tanto pelo tema em si, mas mais pelo que a pergunta tem de implícito.

Porquê perguntar a decisores políticos africanos sobre a investigação científica sobre África e não sobre a investigação científica em África quando, na verdade, a necessidade de investigar é multidimensional, nos mais variados temas, sejam na Europa, no Médio Oriente, nos EUA, no Brasil, na China – ou em África.

Mas, não fugindo à questão colocada, quer seja em África ou sobre África, como incluir a investigação como prioridade nas agendas dos decisores políticos em países africanos, sabendo nós, à partida, que estamos a falar de realidades onde, em geral, os países são pobres (não direi o mesmo das classes dirigentes) e os orçamentos são escassos?

Aumentando o número de Universidades, privadas ou públicas? Apelando à ajuda ao desenvolvimento para criar bolsas de estudo ou financiar projetos de investigação? Antes de equacionar respostas a estas ou outras questões ou medidas, parece-me importante fazer algumas reflexões sobre investigação – e educação.

Para tal, porque não começar pelo princípio e ter sempre presente que, em África e todas as demais latitudes, passamos de homínídeos a *homo sapiens* por 3 simples razões: primeiro, porque gerimos o fogo, que nos levou a cozinhar e a melhor preservar proteínas, fulcrais para aumentar as ligações neuronais e, portanto, a inteligência; segundo, porque desenvolvemos a ligação cérebro-mão-coisas, base da manufatura e da tecnologia; terceiro, porque desenvolvemos o trabalho em equipa, sem o qual o *homo sapiens* não teria, possivelmente, sobrevivido.

Dito isto, porque não questionar também como se forma o pensamento (e a personalidade), em África ou em qualquer outra parte do mundo? Diria que pelo desenvolvimento paralelo de 6 elementos estruturantes:

- (i) a língua, que além de permitir a comunicação e estruturar o pensamento, articula a oralidade e a leitura, envolvendo outros domínios, de que fazem parte da linguagem e a memória – que guarda aquilo que fomos e somos;
- (ii) a matemática, que desenvolve a lógica, a capacidade de abstração e que também contribui para estruturar o pensamento racional e a objetividade;

- (iii) o exercício da música, cantada ou instrumental, que desenvolve a inteligência emocional, a expressividade e a criatividade;
- (iv) o exercício de uma arte (pintura, escultura, marcenaria, costura ou gastronomia), que desenvolve a criatividade, a relação entre o abstrato e o concreto e a ligação com a natureza;
- (v) o exercício físico, particularmente o desporto, por ser essencial à saúde e à sobrevivência, individual e de grupo, estimulando a cooperação e a competição;
- (vi) a atividade em grupo, que complementa a individual e nos leva a perceber que somos uma espécie gregária – e também, regressando ao tema do painel, porque o trabalho em grupo é cada vez mais essencial para a investigação, os génios individuais são a exceção, não a regra.

Assim, no seu conjunto, língua, matemática, música, artes, exercício físico, atividades em grupo são (ou deveriam ser), em África como em qualquer geografia, bases da organização do ensino-aprendizagem e, portanto, pilares para melhor investigar, porque estruturantes do pensamento e da personalidade.

Porém, a evolução e disponibilidade dos motores de busca, induzem-nos a crer que o conhecimento está instantaneamente disponível, não requer memorização ou grandes esforços – o que nos está a tornar mais imediatistas, mais preguiçosos e, portanto, mais estúpidos e menos interativos. As tecnologias digitais são instrumentos que contribuem para melhorar a nossa qualidade de vida – porém, elas não podem substituir, muito menos no espaço de algumas gerações, tudo o que formou a nossa maneira de pensar e de organizar. Daí a importância de não trocarmos os elementos de aprendizagem e formação da nossa humanidade e cultura adquirida e de não aceitarmos que a tecnologia é substituta para tudo. Porém, infelizmente lidamos hoje com esta realidade e dinâmica.

Que lição retirar destes considerando para a questão inicial? Diria que a investigação maior talvez seja a que revise e discuta os objetivos e a organização dos sistemas de ensino-aprendizagem. Esta postura muito provavelmente nos levaria à conclusão de que os professores mais qualificados (e treinados) deveriam estar no ensino primário e secundário. Mas para ser realista, tal dificilmente acontecerá e não só por razões económicas... afinal de contas é sempre mais fácil dizer que formámos 1 milhão de universitários (muitos semianalfabetos) do que dizer que formámos 1 milhão de crianças e jovens – com base nos elementos que contribuem para a construção de personalidades bem-formadas e que assumam a importância de questionar e relacionar, em suma de cultivar a curiosidade e o pensamento. Tal não diz res-

peito especificamente a ambientes africanos, esta realidade é verificável em países mais ricos e mais urbanizados, onde o poder está interessado em maiorias instaladas e minorias pensantes – afinal não é por acaso que nas últimas 5 décadas o foco das escolas virou para a gestão de objetivos, a eficácia, o saber fazer – por outras palavras, o ensino do “o quê” – que, não deixando de ser importante em sociedades industriais, não substituem os domínios do “porquê” ou do “como”.

Aqui chegados, ensaiemos uma resposta lógica e factível – embora possa ser não desejável por quem manda – à pergunta “como se pode incluir a investigação científica sobre (em) África nas agendas dos decisores políticos africanos?”. A fuga de cérebros que existe em muitos países (não só nos africanos), não é uma fatalidade tal como não é uma fatalidade a investigação científica em África ter peso diminuto. Na verdade, uma forma relativamente simples de combater parte do défice de investigação e de investigadores poderia ser a multiplicação de parcerias em rede e em domínios específicos entre instituições e investigadores, a residir em países africanos e instituições e investigadores a residir em países científica e economicamente mais desenvolvidos, incluindo países menos ricos onde a investigação esteja desenvolvida em campos específicos – como é o caso de, por exemplo, a agricultura ou a medicina tropical.

Desenvolver projetos de investigação em rede, sobre qualquer área e tema, poderá levar a que os investigadores de países com menos recursos se sintam valorizados e encorajados a permanecer nas instituições onde trabalham e a fazê-las crescer e manter-se em funcionamento – por outras palavras, integrar investigadores (e instituições) em redes globais é uma abordagem que poderá, porventura, refrear a chamada “fuga de cérebros”. Isto por uma razão simples: um investigador em qualquer domínio das ciências (energia, preservação ambiental, digitalização, e todos os outros campos essenciais ao mundo em que estamos), que resida num país africano e esteja numa rede de investigação com instituições, europeias norte-americanas ou outras de qualidade, é mais valioso que um mesmo africano que resida em países economicamente mais desenvolvidos, na Europa, nos EUA ou noutras geografias. E porquê? Por meras razões de massa crítica, existem muitos mais “competidores” nestes últimos países, onde a aquisição ou manutenção de um posto de trabalho se torna mais problemática.

Quanto a uma sugestão para os decisores políticos, ela poderia ser: coloquem nas agendas de colaboração com terceiros países a questão da investigação em rede. Há, porém, uma condição sine-qua-non a evitar e que eu chamaria a lógica que presidiu à constituição da Universidade Patrice Lumumba (no tempo da URSS) ou da UNILAB no Brasil, entidades criadas para rece-

berem alunos de “países pobres” – para que fique claro falo da abordagem e da lógica de gueto, não da qualidade dos respetivos docentes e investigadores – p.e., hoje, a UNILAB procura sair da “liga B”, onde foi erradamente colocada, independentemente das (boas) intenções.

O ponto é que a integração de docentes e investigadores deve ser feita em redes de investigação de ponta e não em redes criadas para os “pobres” ou “menos desenvolvidos”. A criação de lugares para estudantes ou investigadores provenientes de outras latitudes consideradas menos desenvolvidas, deve ser feita nas Universidades existentes em conjunto com os alunos e investigadores lá existentes, não em guetos, utilizando, isso sim, abordagens adequadas. Esta infeliz prática tem raízes mais amplas, ligadas com a ideologia da ajuda ao desenvolvimento, onde uns se consideram como *doadores* e outros como *recipientes* – hoje, fruto da vaga do politicamente correto, travestidos de “parceiros do desenvolvimento”.

Abordando expressamente o caso dos países CPLP e da União Europeia, os países membros e a atual Comissão Europeia, que se apresenta com uma postura mais geopolítica, teriam todo o interesse em reforçar os laços de todo o tipo com os países africanos – afinal de contas essa é, porventura, uma das principais formas de a UE acrescentar algum músculo na ordem internacional, em desconstrução acelerada. Nesta perspetiva, haveria que colocar em cima da mesa a colaboração em rede entre entidades europeias e africanas que potenciem o desenvolvimento científico em África e que contribuam para reter os melhores cérebros nos respetivos países.

Afinal de contas, quem estiver integrado num projeto financiado em rede por fundos europeus, poderá ter acesso e receber o mesmo que colegas de outros países e, em formato *online* ou presencial, terá acesso ao que de melhor existe em centros cientificamente mais possantes. Tal diminui a propensão para emigrar: se eu posso ser mais valorizado por estar onde estou e ter acesso ao que de melhor se produz, viajando quando necessário, para quê emigrar para um sítio em que terei menos probabilidade de emprego – e integração?

Mas para que tal aconteça, em todos os países da CPLP, para além do português há que dominar a língua franca da ciência e essa, não tenhamos dúvidas, é o inglês! Ou seja, no 1º nível de formação universitária, a aprendizagem do inglês deveria ser condição *sine-qua-non* para terminar um curso – independentemente das debilidades do ensino do português. Dominar o inglês é uma condição necessária para melhor acompanhar a crescente competição internacional.

Por último, uma chamada de atenção contra a armadilha colocada pela ideologia terceiro-mundista – a guerra fria já acabou e o mundo mudou e muito. Para

ser mais concreto, o jargão da cooperação “Sul-Sul” encerra potencialidades concretas, afinal de contas existem centros de ensino e de investigação de excelência em países do Sul. Mas não deixa de ser também uma forma de os mais ricos (ou os mais ricos dos mais pobres) dizerem: “cuidem-se, que nós temos outras prioridades”. E esta ideologia tem uma capacidade de transmissão elevada, qual estirpe viral, com esteio em posições nacionalistas e em ressentimentos, estando a conduzir novamente à construção de identidades imaginárias e a alimentar a mentira que pobres e mediocridade são sinónimos de países menos desenvolvidos, como se os pobres dos países mais ricos fossem menos pobres, como se a mediocridade não existisse nesses países.

É essencial olhar para a história e perceber que os países que mais se desenvolveram desde os anos 1970 foram os que usaram as melhores tecnologias, descobertas científicas e as melhores escolas e metodologias para formar os respetivos quadros técnicos, independentemente de serem do Norte ou do Sul. Portanto, cooperação global, sim! Cooperação Sul-Sul, (Sul-Norte, Sul-Sul-Norte e outras combinações ciclicamente sugeridas), também sim, mas desde que daí advenham benefícios em concreto, não pelo mero facto de ser cooperação entre países em desenvolvimento. Pondo a questão de outra maneira, as divisões sociais e de conhecimento que existem no mundo devem-se mais a problemas de classe e menos a problemas de geografia.

Se algumas suscetibilidades ficaram feridas com este último ponto, ainda bem, era essa a intenção! Na verdade, não há *short-cuts* para afirmar que o caminho para o desenvolvimento passa pelo aumento da massa crítica de investigação. E esta passa pela rejeição de abordagens que neguem a capacidade de os países e geografias mais pobres poderem atingir níveis de competitividade internacional. Claro que tal nunca acontecerá enquanto as abordagens terceiro-mundistas ou da dependência nos indicarem a quimera do corte com os centros mais industrializados e a criação de “agregações” dos mais pobres. A integração progressiva no mundo mais industrializado é o caminho, como já referido, ilustrado pelos países do leste asiático no terceiro quartel do século passado. A integração progressiva em redes avançadas de conhecimento e tecnologia facilita e induz a progressiva incorporação de valor nas produções de produtos primários. Afinal de contas, num mundo globalizado, os melhores modelos e abordagens, não estão somente em ou entre nós, Áfricas, Europas, Ásias ou Américas, estão também no que a história nos ensina e no que os outros nos demonstram.

Escrito em memória do professor, colega e grande humanista, Luís Moita.

